



Acerto com FMI prevê renegociação de US\$ 63 bi, disse Malan

Malan defende termos do acordo

O acordo da dívida externa acertado com banqueiros privados, em julho último, prevê que o Brasil poderá recomprar títulos de sua dívida no mercado secundário de Nova Iorque, onde eles são vendidos com descontos de até 70%. A recompra, no entanto, só poderá ser feita depois de dois anos de vigência do acordo. A revelação foi feita ontem pelo negociador da dívida externa, Pedro Malan, ao explicar aos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos o acerto com os banqueiros. A Comissão votará o acordo na próxima semana, submetendo-o, a seguir, ao plenário do Senado. Só depois dessa aprovação os negociadores brasileiros estarão autorizados a assinar a renegociação, assim que 95% dos 500 bancos credores aderirem às condições acertadas.

Os senadores ouviram durante duas horas e meia Pedro Malan e o ministro da Fazenda, Gustavo Krause, defenderem os termos do acerto, que envolve US\$ 44 bilhões de dívidas do setor público com os banqueiros privados, além de juros atrasados (US\$ 7 bilhões), bônus da renegociação de 1991 (US\$ 6 bilhões) e outros US\$ 6 bilhões devidos a agências de bancos brasileiros em operação no exterior. No total, são US\$ 63 bilhões renegociados para pagamento em seis tipos de bônus, com prazos de 30 anos e juros entre 4% e 6% ao ano.

O ministro Gustavo Krause garantiu que este foi o melhor acordo que um país já conseguiu com os bancos credores internacionais. Interrogado pelo senador Espiridião

Amim (PDS-SC) se o acordo irá reabrir as portas dos bancos estrangeiros ao Brasil, o ministro admitiu que os investimentos só voltarão quando o Brasil resolver seus problemas econômicos. Para ele, essa solução passa antes pelo ajuste fiscal e pela aprovação dos projetos de modernização da economia. “O ajuste fiscal é para resolver nossos problemas, e não para que possamos cumprir o acordo da dívida”, afirmou Krause. O ministro das Relações Exteriores, Fernando Henrique Cardoso, esteve rapidamente na Comissão, defendeu a aprovação do acordo com os banqueiros e disse que os brasileiros não devem demorar, “porque ninguém garante que amanhã conseguiremos as mesmas condições de pagamento”. O chanceler lembrou que “neste momento ninguém pode garantir que não haverá uma guerra comercial entre os Estados Unidos e a Comunidade Econômica Europeia”, por causa de subsídios agrícolas, o que poderá afetar as taxas de juros.

O negociador Pedro Malan informou que ainda é cedo para dizer quanto exatamente o Brasil conseguirá de descontos da dívida externa, mas estimou que deve ficar em torno de 20%. Em julho, ao anunciar a conclusão dos acertos, o então ministro Marcílio Marques Moreira disse que o Brasil teria 35% de descontos. Malan lembrou ainda que, para que seja assinada a renegociação, o Brasil deverá ter um plano econômico aprovado pelo FMI. Para ele, o acordo da dívida foi imaginado na expectativa de que o governo irá reorganizar a gestão da economia.